

Artigo

Brasil em perspectiva

*Sandro Adams**
*Paola Marlen Chaves Gonçalves***

Resumo

Em seu primeiro número do seu décimo volume, a revista Perspectivas Sociais dedica-se à temática “Brasil em Perspectiva”. Esta edição apresenta catorze artigos e uma resenha que abordam diversos temas sociológicos sob diferentes perspectivas metodológicas, explorando o dilema central sobre a influência mútua entre pesquisa e pesquisador. Os artigos, provenientes de diversas instituições do Brasil e do Uruguai, refletem sobre o papel do pesquisador na interpretação dos resultados e na formação de conclusões, bem como sobre como a pesquisa molda a compreensão do Brasil contemporâneo. Temas como a experiência indígena, a dinâmica urbana, o impacto do neoliberalismo, as interseções feministas e a complexidade da violência são discutidos, revelando um Brasil multifacetado e em constante transformação.

Palavras-chave: Brasil. Perspectivas. Pesquisa. Pesquisadores/as.

Brazil in perspective

Abstract

In its first issue of its tenth volume, the journal Perspectivas Sociais is dedicated to the thematic "Brazil in Perspective". This edition presents fourteen articles and a review that address various sociological themes from different methodological approaches, exploring the central dilemma on the mutual influence between research and researcher. The articles, coming from various institutions in Brazil and Uruguay, reflect on the role of the researcher in interpreting results and forming conclusions, as well as on how research shapes the understanding of contemporary Brazil. Topics such as the indigenous experience, urban dynamics, the impact of neoliberalism, feminist intersections and the complexity of violence are discussed, revealing a multifaceted Brazil and constantly in transformation.

Keywords: Brazil. Perspectives. Search. Researchers.

* Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: sandroadams@gmail.com

** Mestranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: paola.goncalves@hotmail.com

A Perspectivas Sociais é uma Revista Discente vinculada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas. Em seu primeiro número semestral do décimo volume, apresenta à comunidade acadêmica a edição intitulada *Brasil em Perspectiva*. Os artigos articulam temáticas sociológicas em diversas abordagens metodológicas e no dilema pesquisa e pesquisador: é o pesquisador que conduz os resultados das pesquisas, ou é a pesquisa que orienta o pesquisador às referidas conclusões? Discutem-se as múltiplas facetas do Brasil contemporâneo, refletindo sobre como a pesquisa molda a compreensão do país e como o Brasil influencia as investigações acadêmicas. É um Brasil que se apresenta ao pesquisador, ou é a pesquisa que apresenta o Brasil: indígena, urbano, traumatizado, neoliberal, interseccional, violento, feminista, transversal, conservador, corrupto? É um Brasil em perspectiva que se depreende ante as próprias perspectivas brasileiras.

Para isso, essa edição apresenta catorze artigos e uma resenha de autores/as vinculadas/os às instituições universitárias do Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Paraná, São Paulo, Ceará, Paraíba, Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e do Uruguai, quais sejam: o Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), o Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), o Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), o Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Trabalho e Questão Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE), o Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA), o Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), o Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), o Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), o Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), o Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), o Curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP) e o Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Os artigos e a resenha são recursos significativos para a pesquisa acadêmica e para a disseminação do conhecimento sociológico. Além disso, a ampla aceitação entre pesquisadoras, pesquisadores e diversas perspectivas científicas demonstram a sólida consistência editorial alcançada pela revista *Perspectivas Sociais* junto à comunidade acadêmica. Convidamos a todos os interessados a apreciar os quinze trabalhos publicados nesta edição.

Iniciamos esta edição com o artigo intitulado “*Atualidade histórica da crítica de acumulação primitiva do capital: os massacres expropriatórios contra os Guarani e Kaiowá*”, escrito por Marco Henrique Soares Pereira. Esse texto demonstra como o pensamento marxista nos fornece um arcabouço teórico-crítico para compreender o modo de produção capitalista contemporâneo. As inúmeras transformações neste sistema econômico, resultante das permanentes crises e incessantes reestruturações produtivas, desafiam os sociólogos a abordarem novas dinâmicas metodológicas. É essa atualidade da noção marxiana de acumulação primitiva de capital que se manifesta no padrão de acumulação no sul do estado do Mato Grosso do Sul, por meio do agronegócio e das repercussões das lutas socioterritoriais dos povos indígenas Guarani e Kaiowá. Os eventos conhecidos como Massacres de Caarapó e de Guapoy demonstram que a expropriação violenta continua sendo uma parte inerente ao padrão atual de acumulação, dada a necessidade incessante de expansão do capital em seu movimento de reprodução ampliada (PEREIRA, 2024). Esse Brasil que se apresenta integrado ao sistema

financeiro global não preserva nem a territorialidade e sequer a dignidade indígena.

Seguindo a temática indígena, o segundo artigo, *“Território Indígena Katu: um direito a ser conquistado”*, de Yuri Vasconcelos da Silva, aborda a luta contínua dos povos indígenas pela garantia de seus direitos territoriais em uma região historicamente negligente com sua própria existência. A aldeia Katu, situada no estado do Rio Grande do Norte, destaca-se por uma batalha pela terra e permite ao pesquisador examinar o papel do Estado-Nação Brasileiro na formação territorial histórica, na relação com as populações indígenas e nos territórios tradicionalmente ocupados. Apesar dos avanços legislativos e das lutas empreendidas pelo movimento indígena, o Estado brasileiro continua negligenciando o processo de demarcação de terras indígenas, perpetuando um histórico de violência e tentativa de apagamento étnico (SILVA, 2024). O território indígena da aldeia Katu ainda enfrenta desafios significativos para uma efetiva demarcação, evidenciando que o direito territorial continua sendo uma conquista em aberto para essas comunidades.

O terceiro texto, *“Os condenados do espaço urbano: reflexões sobre direito à cidade a partir da análise da dinâmica de ocupação e do perfil populacional da comunidade Nova Esperança (Campo Magro/PR)”*, é escrito por Giovanna Maria Casais Menezes. A Comunidade Nova Esperança surgiu durante a pandemia de COVID-19, quando aproximadamente 1.100 famílias paranaenses de baixa renda se mudaram para essa área, enfrentando as dificuldades intensificadas pela crise sanitária. Essas famílias buscaram abrigo em condições precárias ou, quando possível, recorreram ao compartilhamento de moradias. A ocupação do espaço urbano em épocas de aguda crise reflete uma realidade de segregação socioespacial, sobretudo quando analisadas as metrópoles, como no contexto de Curitiba. Essa situação de fragilidade habitacional faz com que a pesquisa adote uma perspectiva crítica sobre o direito à cidade, relacionando-a com a análise do perfil dos moradores da comunidade. Ademais, certos grupos, como negros,

latinos, imigrantes e refugiados, podem ser comparados ao disruptivo “condenados da terra” de Frantz Fanon, no sentido de serem os mais prejudicados e excluídos da dinâmica de produção do espaço urbano (MENEZES, 2024).

Seguindo numa esfera de traumas provenientes dos condenados, o texto *“Vala de Perus como trauma cultural: memória coletiva, performances culturais e movimentos sociais”*, escrito por Guilherme Olímpio Fagundes, Glória Maria de Carvalho e Guilherme Tannus Guerra Silva, explora como a memória coletiva em torno da Vala de Perus é apropriada pelos movimentos sociais, incluindo a militância petista paulistana e os familiares de desaparecidos. Com o auxílio das lentes teóricas da sociologia cultural e da memória, e com incursões etnográficas no Cemitério Dom Bosco e na Câmara Municipal de São Paulo, em 2023, a Vala de Perus se apresenta como um trauma cultural. Este evento constrói uma ponte transgeracional na luta por memória, verdade e justiça, conectando militantes mais idosos com os mais jovens, e se transforma em um ritual que produz uma experiência compartilhada entre os participantes, facilitando a compreensão mútua e a reconfiguração do grupo. A eficácia ritualística é testada pelas diferentes vozes presentes, que refletem suas origens sociais e destacam as especificidades das mortes lembradas. Isso se torna um indicador crucial das constantes disputas pela identidade tanto do Partido quanto dos familiares envolvidos (FAGUNDES; CARVALHO; SILVA, 2024) e, conseqüentemente, de uma ideia de Brasil contemporâneo em disputa com o Brasil da Ditadura Militar.

O texto de Amanda Karol de Oliveira Costa, *“Aspectos sociopolíticos do sofrimento psíquico: desesperança, individualização e controle das subjetividades como estratégias neoliberais”*, analisa os aspectos sociopolíticos do sofrimento psíquico e as estratégias políticas e ideológicas empregadas pelo neoliberalismo para gerenciar o sofrimento psicossocial na contemporaneidade. A análise revela que as condicionantes socioculturais do neoliberalismo afetam diretamente a formação das subjetividades e a

produção social do sofrimento psíquico. O neoliberalismo pode reconfigurar, ampliar e intensificar as expressões de sofrimento psicossocial. Aspectos como individualismo, competitividade, consumismo e a noção de indivíduo-empresa acentuam sentimentos de autculpabilização e autocoerção, além de gerar angústia, frustração, desesperança, cansaço e estresse. O gerenciamento neoliberal do sofrimento psíquico é caracterizado pela psicologização, patologização e medicalização, estratégias que servem ao capital ao promover o controle ideológico ao responsabilizar os indivíduos e ignorar as contradições sociais que influenciam suas experiências. Simultaneamente, essas práticas são economicamente vantajosas, pois geram lucro para as indústrias que comercializam cuidados em saúde mental (COSTA, 2024).

Continuando a seara contemporânea de um Brasil em perspectiva ou de uma perspectiva do Brasil, o texto intitulado *“O potencial feminista da Tetralogia Napolitana, de Elena Ferrante: uma leitura interseccional”*, da autora Dayane Trindade Macedo, examina o potencial feminista presente em *“A Amiga Genial”*, o primeiro livro da *“Tetralogia Napolitana”* de Elena Ferrante. Tal obra retrata a vida e a amizade de duas mulheres italianas em Nápoles ao longo de seis décadas, contextualizando suas experiências de opressão e sobrevivência em uma realidade pós-guerra, e destacando a cidade como um elemento crucial na construção de suas histórias. Ao apresentar o contexto teórico baseado nos estudos de interseccionalidade de Patrícia Hill Collins, argumenta que a Literatura pode fornecer material valioso para a pesquisa sociológica, permitindo a formulação de hipóteses sobre a vida social de diversas maneiras. A discussão sobre a Arte, incluindo a Literatura, como objeto de crítica e investigação tem ganhado destaque, especialmente quando se considera que a Arte é um produto das condições sociais e contextos específicos (MACEDO, 2024).

O sétimo artigo, elaborado por Joana D’arc Silva de Oliveira e por Paula Fabrícia Brandão Aguiar Mesquita, sob o título *“Aspectos da violência contra mulher presentes na obra “Gabriela, Cravo e Canela”*, examina a violência contra a mulher por meio da obra literária *“Gabriela, Cravo e*

Canela”, de Jorge Amado. A análise foca na vida de duas personagens: a Sinhazinha, que é assassinada pelo marido após ser pega em uma situação de adultério, e a Gabriela, que enfrenta diversas formas de violência no espaço urbano. A tensão criativa demonstra como o enredo e o destino dessas personagens poderia ter se desenrolado de forma diferente se a história fosse ambientada na contemporaneidade. Também revela que se Sinhazinha e Gabriela vivessem no Brasil atual e fossem esposas de Jesuíno e Nacib, elas seriam consideradas vítimas de feminicídio, violência física, psicológica e patrimonial. Do mesmo modo, os agressores estariam sujeitos às penalidades estabelecidas pela Lei Maria da Penha e pela Lei do Feminicídio, cuja eficácia depende da pronta aplicação por parte das autoridades competentes (SILVA; MESQUITA, 2024).

Seguindo na discussão sobre a violência contra a mulher na contemporaneidade, o artigo “*Violência doméstica na atenção básica à saúde durante a pandemia da Covid-19: um olhar interseccional*”, de Ana Cristina Guimarães de Jesus e de Márcia Santana Tavares, revela que a violência contra as mulheres não é um fenômeno recente. No entanto, a pandemia provocou um aumento significativo nos casos de violência devido às medidas de isolamento social adotadas globalmente e, em muitos casos, essas medidas resultaram em confinamento da vítima com seus agressores. Além disso, ao considerar as dimensões raciais, observa-se que as mulheres negras são as principais vítimas dessa violência, o que destaca a necessidade de focar nessa realidade específica. No campo da Saúde, a Organização Mundial da Saúde classifica a violência contra as mulheres como um problema de saúde pública. No entanto, persiste uma subnotificação significativa dos casos nas políticas dessa área. Assim, o artigo conclui pela necessidade de uma maior visibilidade aos casos de violência doméstica que ocorrem na porta de entrada dos serviços de Saúde (JESUS; TAVARES, 2024). Mesmo quando o Estado elabora políticas públicas de enfrentamento à determinada violência, e mesmo quando a vítima consegue comunicar a violência aos agentes do Estado, ainda

assim, e dada a dinâmica estrutura do Estado Brasileiro, a porta para a garantia da dignidade humana é diminuta se comparada a necessidade.

Em outra temática, mais ainda na esfera da violência, Milena Cramar Lôndero, Ana Gabrieli Reis e Emily Emanuele Franco Mewes escrevem o artigo “*Violência contra pessoas trans no Brasil: como romper com o “sistema”?*”. Nele, abordam a crescente e alarmante violência contra pessoas trans no Brasil, destacando as elevadas taxas de homicídios que afetam especificamente essa população. O problema central do estudo é que as demandas por direitos das pessoas trans têm sido negligenciadas e não respondidas adequadamente pelo poder público, o que evidencia a necessidade urgente de políticas que promovam a inclusão e a proteção efetiva desses indivíduos. O contexto da violência contra pessoas trans no Brasil é significativo interna e externamente: lidera há quatorze anos o *ranking* global de homicídios dessa população. Focando nos homicídios de pessoas trans e adotando o conceito de transfeminicídio, o estudo examina as falhas do sistema jurídico brasileiro na proteção desse grupo. O transfeminicídio não apenas amplia o conceito de feminicídio para incluir mulheres trans e travestis, mas também busca fomentar políticas mais inclusivas e efetivas para a garantia de direitos (LONDERO; REIS; MEWES, 2024).

O décimo artigo, “*Reflexões sobre feminismos prescritivos, analíticos e o putafeminismo*”, escrito por Mariana de Oliveira Tozzi e Matheus dos Santos da Silveira, reflete sobre a reconfiguração dos limites do feminismo, com base na proposta de Monique Prada sobre o putafeminismo. Prada, influenciada por diversas trabalhadoras sexuais, decidiu articular sua luta em uma publicação editorial. No entanto, ao contrário de muitos relatos de prostitutas, que frequentemente se concentram nas experiências com clientes predominantemente masculinos, o texto de Prada fundamenta-se em sua perspectiva pessoal e nas discussões que contrastam seu feminismo com o das “feministas conservadoras”, que “vitimizam” e “tentam resgatar” indivíduos como ela, sem reconhecer sua autonomia e capacidade de escolha. Monique defende que a visibilidade no espaço público, e não apenas a inserção em um

submundo, é um exercício de poder que reivindica reconhecimento, valorização e existência. Ao explorar a complexidade do feminismo através da lente do putafeminismo, o artigo se une a outras contribuições que desafiam as fronteiras do feminismo tradicional (TOZZI; SILVEIRA, 2024).

Seguindo uma abordagem contemporânea de reconhecimento pela experiência política e moral do desrespeito, Yans Sumaryani Dipatia nos apresenta o texto *Mulheres negras, lutas transversais e ambiguidade do reconhecimento*. A teoria do reconhecimento tem ocupado um papel central nos debates contemporâneos das ciências sociais, sendo vista como uma ferramenta analítica e normativa crucial para entender os movimentos sociais atuais. Segundo Axel Honneth, essa teoria proporciona uma visão da gramática moral que legitima as demandas desses movimentos, destacando que a experiência prévia de desrespeito é fundamental para entender a motivação por trás da luta por reconhecimento. O artigo explora como o conceito de desrespeito pode elucidar a estrutura motivacional das mulheres negras na Baixada Fluminense em sua busca por reconhecimento, além de examinar a ambiguidade inerente na dinâmica de reconhecimento, conforme observado empiricamente. Assim, o trabalho não apenas demonstra a aplicabilidade da abordagem de Honneth ao Movimento de Mulheres Negras, mas também identifica seus limites conceituais e práticos (DIPATIA, 2024).

O texto de Michel Francisco Lins, *O avanço neoconservador do movimento “escola sem partido”: um ataque à sexualidade*, demonstra como os discursos sobre sexualidade no Brasil do século XXI refletem um ressurgimento dos movimentos conservadores, que encontram na defesa da “família tradicional” um casamento conveniente entre a moral religiosa e o Estado neoliberal burguês. Esta aliança tem promovido ataques frequentes à educação pública brasileira, propagando desinformação sobre questões de gênero e sexualidade, e se entrelaça com os protestos de 2013, quando movimentos da sociedade civil expressaram forte repúdio à diversidade sexual. O conceito foucaultiano de dispositivo da sexualidade é mobilizado para destacar como a sexualidade funciona como um mecanismo de controle

e dominação social. Além dos controles sobre os corpos sexuais, observam-se as hipocrisias do capitalismo em relação à sexualidade, manifestadas nos movimentos conservadores que tentam influenciar o ambiente escolar por meio da iniciativa conhecida como “Escola sem Partido”. Isso resulta na distorção da realidade social e em um ataque direto aos educadores. Disto, conclui-se que o Estado Capitalista utiliza o movimento “Escola sem Partido” como um instrumento para regular os corpos dos estudantes (LINS, 2024).

O décimo terceiro artigo, *“Percurso para um método de pesquisa abolicionista penal em Serviço Social”*, escrito por Lucas Alencar de Araujo, traça um caminho crítico para a realização de pesquisas no campo do Serviço Social, com foco especial nas políticas de justiça criminal sob a perspectiva abolicionista penal. A revisão bibliográfica acompanha autores clássicos e contemporâneos para avaliar criticamente a influência do positivismo nas políticas sociais e as contribuições do método materialista histórico-dialético. Ante isso: discute a profissão e a produção de conhecimento; analisa o positivismo como uma expressão da ciência burguesa; aborda o positivismo como legitimador da ordem social e suas desigualdades; apresenta o método de Marx como uma crítica à sociedade burguesa; e explora o debate abolicionista e as contribuições do pensamento marxista, concluindo que é impossível abordar a política criminal de forma neutra, dado que este campo é permeado por tendências antagônicas (ARAUJO, 2024).

No que tange à conformação de novas sociabilidades ditadas pelos intelectuais midiáticos, o artigo *“O contencioso simbólico da Operação Lava Jato: os produtores do sentido da corrupção”*, escrito por Haron Barberio Francelin, apresenta uma análise acerca da Operação Lava Jato no período de 04/03/2016 a 07/05/2018. Para isso, organiza as diferentes concepções de corrupção nas Ciências Sociais e adota uma premissa epistemológica vinculada ao paradigma simbólico do fenômeno, que envolve múltiplos agentes no contexto do escândalo político. O estudo analisa como esse escândalo se torna um campo de disputa para definir o que é considerado Oficial e Universal dentro do Estado. Além disso, desenvolve um modelo de

posicionamento relacional que representa tanto os agentes envolvidos quanto suas estruturas em um plano bidimensional cartesiano. Também, examina o papel da mídia especializada na escolha linguística do termo corrupção, investigando se essa escolha é orientada por uma lógica de classes, refletindo estruturas sociais, ou por uma lógica atomista, centrada nos agentes individuais, o que pode indicar como o grande público percebe a corrupção (FRANCELIN, 2024).

Já o livro “*Retorno a Reims*”, escrito por Didier Eribon em 2009, traduzido para o português em 2021 e resenhado por Letícia Núñez Almeida, é um convite à sociobiografia. Eribon não se limita a relatar seu passado e sua família na França provinciana, mas oferece uma crítica sociopolítica profunda sobre sua trajetória e a evolução da sociedade. Didier utiliza sua própria experiência de distanciamento familiar para viver sua orientação sexual e intelectual como um exemplo comum entre muitos acadêmicos, especialmente os homossexuais, que buscam encontrar seu espaço fora de suas origens. Influenciado pelo pensamento de Pierre Bourdieu, entrelaça sua infância humilde com sua carreira intelectual em Paris, explorando como o neoliberalismo e outras forças sociais moldam o sofrimento pessoal e a trajetória profissional. O livro revela não apenas as frustrações e conquistas, mas também critica a falta de emocionalidade nas análises sociológicas, mostrando que as relações e os sentimentos são fundamentais. Eribon desmistifica a idealização acadêmica ao enfatizar a importância do capital social e cultural e a complexidade das contradições pessoais e profissionais, desafiando a visão tradicional do sucesso e da aceitação no campo acadêmico e social (ALMEIDA, 2024).

Por fim, resta agradecer aos/às autores/as que participaram desta edição, aos/às pareceristas, à equipe editorial, ao/às professores/as do

Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas e aos/às leitores/as.

Boa leitura!

Sandro Adams é doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGS/UFPel). Graduado em Filosofia pelo Instituto Superior de Filosofia Berthier (IFIBE).

Contato: sandroadams@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2045-1648>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4663997050702569>

Paola Marlen Chaves Gonçalves é mestranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGS/UFPel). Graduada em Ciências Sociais pela UFPel.

Contato: paola.goncalves@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-7784-756X>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8721869210737760>

Como citar este texto: ADAMS, Sandro; GONÇALVES, Paola. Brasil em perspectiva. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 10, nº 01, p. 03-16, 2024.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Letícia Núñez. Vir de Reims: a sociobiografia de Didier Eribon. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 10, nº 01, p. 331-336, 2024.

ARAUJO, Lucas Alencar de. Percurso para um método de pesquisa abolicionista penal em Serviço Social. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 10, nº 01, p. 287-304, 2024.

COSTA, Amanda Karol de Oliveira. Aspectos sociopolíticos do sofrimento psíquico: desesperança, individualização e controle das subjetividades como estratégias neoliberais. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 10, nº 01, p. 108-127, 2024.

DIPATIA, Yans Sumaryani. Mulheres negras, lutas transversais e ambiguidade do reconhecimento. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 10, nº 01, p. 241-266, 2024.

FAGUNDES, Guilherme Olímpio; CARVALHO, Glória Maria de; SILVA, Guilherme Tannus Guerra. Vala de Perus como trauma cultural: Memória coletiva, performances culturais e movimentos sociais. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 10, nº 01, p. 80-107, 2024.

FRANCELIN, Haron Barberio. O contencioso simbólico da Operação Lava Jato: os produtores do sentido da corrupção. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 10, nº 01, p. 305-330, 2024.

JESUS, Ana Cristina Guimarães de; TAVARES, Márcia Santana. Violência doméstica na atenção básica à saúde durante a pandemia da covid-19: um olhar interseccional. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 10, nº 01, p. 167-198, 2024.

LINS, Michel Francisco. O avanço neoconservador do movimento “escola sem partido”: um ataque à sexualidade. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 10, nº 01, p. 267-286, 2024.

LONDERO, Milena Cramar; REIS, Ana Gabrieli; MEWES, Emily Emanuele Franco. Violência contra pessoas trans no Brasil: como romper com o “cistema”? **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 10, nº 01, p. 199-221, 2024.

MACEDO, Dayane Trindade. O Potencial Feminista da Tetralogia Napolitana, de Elena Ferrante: uma leitura interseccional. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 10, nº 01, p. 128-143, 2024.

MENEZES, Giovanna Maria Casais. Os condenados do espaço urbano: Reflexões sobre direito à cidade a partir da análise da dinâmica de ocupação e do perfil populacional da comunidade Nova Esperança (Campo Magro/PR). **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 10, nº 01, p. 62-79, 2024.

OLIVEIRA, Joana D'arc Silva de; MESQUITA, Paula Fabrícia Brandão Aguiar. Aspectos da Violência contra Mulher presentes na obra “Gabriela, Cravo e Canela”. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 10, nº 01, p. 144-166, 2024.

PEREIRA, Marco Henrique Soares. Atualidade histórica da crítica de acumulação primitiva do capital: os massacres expropriatórios contra os Guarani e Kaiowá. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 10, nº 01, p. 17-39, 2024.

SILVA, Yuri Vasconcelos da. Território Indígena Katu: Um direito a ser conquistado. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 10, nº 01, p. 40-61, 2024.

TOZZI, Mariana de Oliveira; SILVEIRA, Matheus dos Santos da. Reflexões sobre feminismos prescritivos, analíticos e o putafeminismo. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 10, nº 01, p. 221-240, 2024.